



**PROMO
TORRES** e.m.



**RELATÓRIO DE GESTÃO
1º SEMESTRE 2014**

ÍNDICE

1. DADOS GERAIS DA EMPRESA
 - 1.1 EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS
 - 1.2 INVESTIMENTOS
 - 1.3 GASTOS
 - 1.4 RENDIMENTOS
 - 1.5 SITUAÇÃO ECONÓMICA
 - 1.6 PERSPETIVAS FUTURAS

2. ÁREA DE EVENTOS
 - 2.1 CARNAVAL
 - 2.2 FEIRA DA SAÚDE
 - 2.3 NOVOS TALENTOS
 - 2.4 FEIRA DE SÃO PEDRO
 - 2.5 FEIRA VIATURAS USADAS

3. MERCADO MUNICIPAL
 - 3.1 OCUPAÇÃO FIXA E EVENTUAL
 - 3.2 ANÁLISE RESULTADOS
 - 3.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

4. GESTÃO INTEGRADA ESTACIONAMENTO
 - 4.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO
 - 4.2 RESUMO DE RESULTADOS

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 - 5.1 BALANÇO
 - 5.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA
 - 5.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
 - 5.4 DEMONSTRAÇÃO FLUXOS DE CAIXA
 - 5.5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
 - 6.1 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
 - 6.2 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO DE GESTÃO

1º SEMESTRE 2014

Dando cumprimento às disposições legais em vigor, vem o Conselho de Administração da Promotorres, EM, apresentar o seu Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas referentes à atividade da empresa no 1º semestre de 2014.



1. DADOS GERAIS DA EMPRESA

1.1 EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

No 1º semestre de 2014 a Promotorres tem já em funcionamento todas as missões e competências que lhe são confiadas pelos estatutos. Não tendo havido, há semelhança do ano transato projetos a iniciar, não se pode considerar ainda em atividade plena, uma vez que no que toca às competências em matéria de MOBILIDADE o primeiro semestre foi ainda de consolidação de meios humanos e técnicos. Ainda assim, o cenário acima traçado originou um aumento do volume de negócios na casa dos 190000€.

No referido semestre o volume de negócios da nossa sociedade cifrou-se em 807417€.



Evolução do Volume de Negócios

Nos rendimentos em geral salienta-se a diminuição significativa dos subsídios recebidos pela Câmara Municipal de Torres Vedras, tornando assim a empresa cada vez mais autónoma financeiramente.

1.2 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados, ascenderam a aproximadamente 36 000€ divididos da seguinte forma:



Peso dos investimentos em ativos fixos tangíveis

Neste 1º semestre os investimentos são na sua maioria afetas à Fiscalização de Estacionamento, tendo sido efetuadas obras de adaptação na sede para a instalação de um gabinete para atendimento ao público. Por outro lado foi necessária a aquisição de equipamentos tais como computadores e mobiliário.

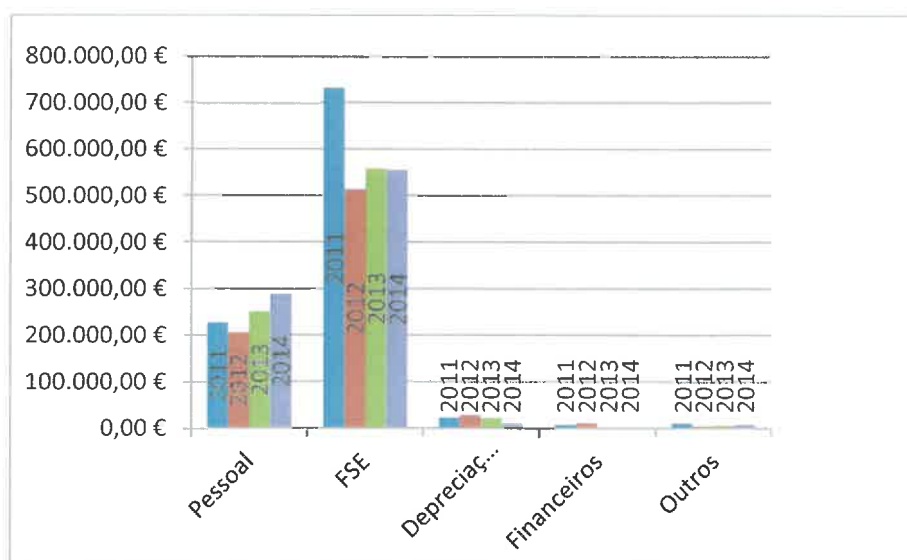
Houve uma melhoria das instalações elétricas na zona da Expotorres a fim de permitir a difusão de internet a todos os expositores no período da feira de são pedro.

1.3 GASTOS

Os gastos com o pessoal atingiram o montante de 287 609€ valor que representa um aumento de 15% relativamente ao 1º semestre de 2013, aumento verificado pelo fato de se registarem cinco novas admissões, relacionadas com o suprimento de necessidade de pessoal qualificado para o projeto de MOBILIDADE.

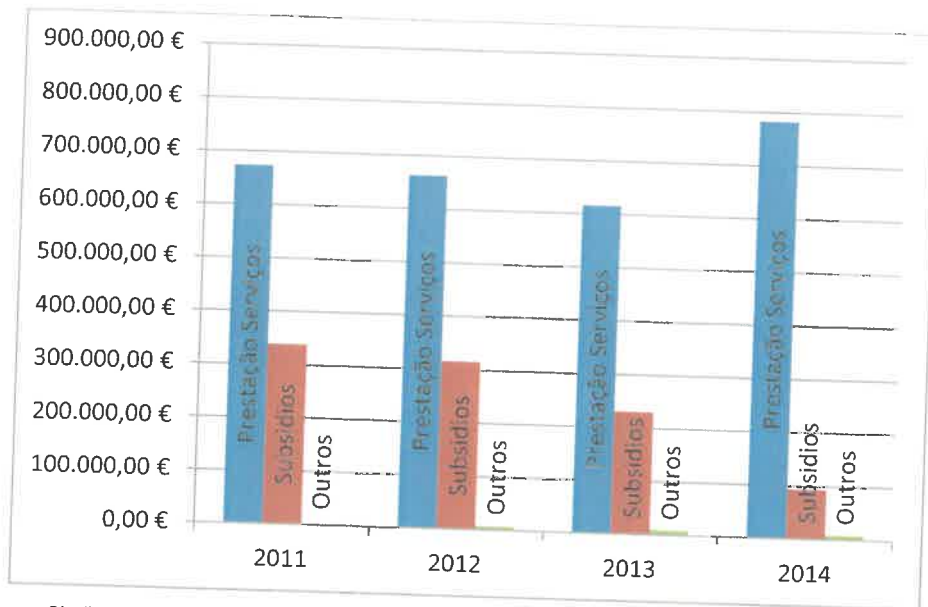
A rubrica de fornecimentos e serviços externos sofreu uma ligeira redução, fruto de uma ligeira racionalização na utilização dos meios, de resto já iniciada em 2011.

Contabilizaram-se 10 696€ euros de depreciações, uma vez que a empresa continuou a utilizar as taxas mínimas de depreciação, aceites legalmente.



Distribuição de gastos por rubricas

1.4 RENDIMENTOS



Distribuição de rendimentos por rubricas

Neste gráfico é visível o esforço que a empresa tem feito para reduzir os Contratos Programas celebrados com a Câmara Municipal. O acréscimo de prestações de serviços deve-se aos novos projetos que a empresa explora na íntegra, como exemplo a exploração dos 25 parquímetros da cidade e a gestão do mercado municipal, agora com o arrecadamento das receitas de operadores.

1.5 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Indicadores	2011	2012	2013	2014
Autonomia Financeira	6,41%	25,69%	24,86%	24,59%
Solvabilidade	6,78%	34,78%	33,08%	32,62%
Cobertura de Imobilizado	20,00%	59,00%	60,15%	67,13%
Liquidez Geral	72,14%	76,46%	73,10%	82,18%

Legenda

- Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo Líquido Total
- Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo Total
- Indicador do Grau de Cobertura do Imobilizado = Capitais Permanentes/Imobilizado Líquido
- Liquidez Geral = Ativo a curto prazo / Passivo a curto prazo

1.6 PERSPETIVAS FUTURAS

Para o segundo semestre do ano de 2014, prosseguiremos com uma gestão criteriosa de recursos em ordem a uma maior eficiência da utilização dos mesmos para a prossecução das missões confiadas.

Por outro lado, releva o facto da necessidade de colocar em prática corrente todo o Sistema de Gestão e Fiscalização do Estacionamento, representando este esforço o grande objetivo em que a empresa se concentrará até dezembro de 2014.

2. AREA DOS EVENTOS

2.1. CARNAVAL TORRES



O Carnaval de Torres, apelidado de mega evento do Concelho de Torres Vedras, gera parcerias económicas e sociais na região., nomeadamente entre a entidade municipal, Câmara Municipal, comércio tradicional, entidades privadas e públicas.

A nível social é o evento que proporciona uma experiência única, inesquecível, de qualidade e elevados níveis de segurança, conforto e satisfação para aos seus participantes.

O conceito de evento está ligado a uma característica básica: proporcionar uma ocasião especial para o encontro de pessoas, que se reúnem com um objetivo específico ao qual reconhecem valor.

O Carnaval de Torres assume-se como o mais importante ativo estratégico do Concelho. Pode dizer-se hoje que será já uma marca de valor no contexto nacional e até internacional.

A edição 2014 do Carnaval de Torres cumpriu as expectativas orçamentais, respeitando rigorosamente o orçamento previsional de despesa, assente numa base de controlo e racionalização dos gastos. Foi reduzida a subsidiação por parte da autarquia de 200 000€ para 81 300€.

A estrutura de despesa do Carnaval comparativamente a edição anterior teve um ligeiro aumento, em estaleiro essencialmente. A empresa tinha, no ano 2013, reduzido ao máximo os custos desta rubrica uma vez que aproveitou o tema "Reciclagem" para reciclar os carros. Em 2014 o gasto de estaleiro ascendeu a 122 561€ enquanto em 2013 se ficou pelos 100 000€.

A receita própria do evento, dependente em grande percentagem da bilheteira, regista nas últimas edições estabilidade em termos percentuais, representando uma fidelização e afirmação do Carnaval junto do público. Os ingressos vendidos no dia representam em 2014, 68% da receita total, em 2013, 42% da receita total, em 2012, 43% e em 2011, 33%, num ano de más condições climatéricas. Este aumento percentual deve-se essencialmente à diminuição do valor subsidiado pela Autarquia.

Na edição 2014, o Carnaval de Torres manteve o desfile de segunda-feira pago, verificou-se um aumento significativo de ingressos vendidos no ano passado para este ano, neste dia em concreto. Continua, assim, a empresa a fomentar a aquisição de Livre-trânsito pelo mesmo valor das edições anteriores, contemplando mais um dia. Na edição de 2014 a terça-feira voltou a registar entradas próximas com os melhores anos.

De acordo com o estudo de performance de comunicação elaborado pela "Cision", o Carnaval de Torres continua a apresentar os indicadores mais elevados, seja no número de notícias (403), sejam os contactos provocados pela informação (78 milhões), ou o valor líquido do espaço editorial ocupado a preços de tabela (15 milhões de euros). Sendo a terceira vez consecutiva que os dados de performance de comunicação apontam para valores de liderança a nível nacional, pode concluir-se de uma forma

consolidada que o evento é um forte ativo de comunicação e um importante instrumento de Marketing Territorial. Na edição de 2014 foi de novo elaborando um estudo de impacto económico, da responsabilidade do GITUR/IPL. Este estudo, confirma os resultados do ano anterior apontando para um valor em torno dos 9 milhões de euros o impacto do evento na economia local.

NÚMERO INGRESSOS VENDIDOS

	2010	2011	2012	2013	2014
		CHUVA D/T	CHUVA D/T	CHUVA DOM.	CHUVA
SÁBADO	10449	7562	10806	15064	11955
DOMINGO	9689	13783	18037	6246	7237
SEGUNDA				10610	16446
TERÇA	5010	9745	14535	9562	13980
TOTAL	25148	31090	43378	41482	49618

Resultados

CARNAVAL	2010*	2011	2012	2013	2014
RECEITA	455.760 €	465.167 €	494.631 €	510.547 €	432.418 €
DESPESA	522.226 €	441.744 €	385.728 €	351.076 €	386.034 €
RESULTADO	-66.466 €	23.423 €	108.904 €	159.471 €	46.384 €

* Chuva

2.2. FEIRA DA SAÚDE

feira
DA
saúde

Com periodicidade bienal e pela segunda vez organizada em parceria pela Promotorres e Câmara Municipal de Torres Vedras, a Feira da Saúde 2014 realizada em abril, teve um resultado ligeiramente negativo. A Promotorres congratula-se com a iniciativa cuja parte pedagógica ficou a cargo dos serviços do Município e a logística e exploração comercial a cargo da empresa. Continuamos a entender que este evento revela elevado potencial, quer quanto à sua competente pedagógica para a população do concelho, quer quanto à margem de exploração comercial que poderá ter.

Resultados

Feira Saude	2012	2014
RECEITA	8.087 €	6.689 €
DESPESA	5.426 €	7.113 €
RESULTADO	2.661 €	-424 €

2.3. NOVOS TALENTOS



A sua relevância social e associativa aliada à componente de formação dos candidatos mantêm-se como principais objetivos do evento, que se pode considerar uma tradição no município das suas catorze (14) edições ininterruptas.

A realização de 20 eliminatórias nas Freguesias do Concelho, com uma média de 30 participantes por Freguesia, e 3 finais de cada uma das áreas a concurso confere oportunidades aos jovens até aos 25 anos em contactar com artes de palco, não apenas na vertente de concurso, mas essencialmente com a oportunidade de obterem formação de canto, na moda ou na dança.

No capítulo das participações, o evento estabilizou nas últimas edições nas seis (6) centenas de participantes (desde a sua 4 edição). A edição de 2014 destaca-se claramente pelo forte incremento verificado na categoria de dança quer pela quantidade de candidatos (146) e pela qualidade evidenciada.

Em termos financeiros, a “contenção” orçamental na despesa foi rígida neste ano, permitindo aumentar o resultado em relação à edição anterior. Em relação à edição de 2013, a redução da despesa foi de 26%, enquanto a receita registou uma quebra de 17%.

O valor contratado com a Câmara Municipal para a produção do projeto representa neste ano 65% do total do investimento, 20% resulta do apoio das Juntas de Freguesia, sendo os restantes 15% resultantes de angariação de publicidade e bilheteira.

Os quadros seguintes resumem o número de participantes, bem como a demonstração orçamental das últimas edições.

PARTICIPANTES NOVOS TALENTOS	
2010	728
2011	671
2012	601
2013	585
2014	602

Resultados

Novos Talentos	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITA	61.167 €	47.948 €	50.734 €	45.323 €	37.281 €
DESPESA	61.840 €	51.264 €	57.294 €	42.878 €	31.336 €
RESULTADO	-673 €	-3.316 €	-6.559 €	2.445 €	5.945 €

2.4. FEIRA DE SÃO PEDRO



Handwritten signature and initials in blue ink.

O maior certame Agro-industrial e Comercial da Região Oeste como justamente é reconhecido, ultrapassou a “fronteira” regional, e é hoje uma das principais Feiras generalistas do País tendo em conta vários fatores de análise.

O número de visitantes acima dos duzentos mil é uma tendência que se mantém nas suas últimas edições, apesar das alterações introduzidas em termos de horário de abertura ao público de há 3 anos a esta parte (17h para as 19h durante a semana). Esta realidade crescente de visitas ao certame é resultado da diversidade que as várias valências da Feira lhe conferem, seja na visita aos expositores, nas compras, no convívio, nas tasquinhas ou nos divertimentos.

O número de expositores das quatro últimas edições, apresenta características tendenciais de manutenção / fidelização de parceria, sinais claros de satisfação de quem procura a Feira de São Pedro para contactar com o seu “target”. A estabilização do número de expositores em torno das duas centenas, leva a admitir que o modelo atual de Feira continua suficientemente atrativo para este segmento de clientes. Contudo não podemos ignorar que apesar do contexto de crise, o número de expositores cresceu na edição deste ano. De registar ainda que a área contratada foi também maior em 2014. Um outro fato que consideramos positivo tem a ver com o crescente interesse de expositores de fora do concelho de Torres Vedras.

Na edição de 2014, a Promotorres, manteve o programa de fidelização de expositores habituais lançado em 2012, bem como a campanha para inscrições realizadas em determinado período, com a “oferta” de um desconto igual ao valor do iva.

Estão reconhecidos custos e proveitos referentes a 5 dias do evento (26 junho a 30 junho), os restantes dias do certame será reconhecido no segundo semestre.

Número de expositores comerciais em área coberta e descoberta e visitantes

FSP	EXPOSITORES	VISITANTES
2010	238	228543
2011	212	232502
2012	222	222396
2013	213	221786
2014	220	223494

Resultados

Feira São Pedro	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITA	358.624 €	350.581 €	305.464 €	292.235 €	115.712 €
DESPESA	212.698 €	189.203 €	170.510 €	141.698 €	66.914 €
RESULTADO	145.926 €	161.378 €	134.954 €	150.537 €	48.797 €

2.6. FEIRA VIATURAS USADAS



A feira temática vocacionada para os automóveis usados foi a primeira realizada no País. Várias têm sido as alterações em termos de periodicidade do evento, tentando conjugar esforços para “combater” a realidade socioeconómica e de mercado, que têm afetado o sector automóvel em particular nesta vertente das viaturas usadas.

Após vários anos com periodicidade bimensal, a Feira passou em 2011 a trimestral, e em 2012 a semestral com a duração de 10 dias em contra ponto com os 3 dias de duração anteriores.

Esta é uma decisão, concertada com os operadores, que tem como objetivo potenciar as 2 edições, concentrando esforços na promoção e aliando as datas de realização a outros eventos a realizar na Expotorres.

Na edição deste semestre a feira contou com 9 empresas que comercializam viaturas usadas, sendo a avaliação bastante positiva para os parceiros e para a organização, em termos de afluência de público, negócios concretizados e na execução orçamental.

Resultados

Feira Usados	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITA	18.392 €	14.302 €	6.407 €	9.726 €	9.300 €
DESPESA	19.756 €	18.686 €	7.308 €	6.673 €	6.581 €
RESULTADO	-1.364 €	-4.384 €	-902 €	3.053 €	2.719 €

3. MERCADO MUNICIPAL



3.1. OCUPAÇÃO FIXA E EVENTUAL

O Mercado Municipal de Torres Vedras, um edifício moderno e funcional, inserido num espaço totalmente revitalizado no centro histórico da cidade, procura promover e dinamizar ainda mais o comércio tradicional, constituindo um dos motores da economia do concelho, bem como um dos atrativos da cidade.

No mercado estão inseridos os mais variados estabelecimentos do comércio tradicional, desde os talhos, as bancas de peixe fresco, bancas de pão e bolos, frutos secos e rações, charcutarias, papelaria, mercearia gourmet, bancas de fruta, bares, e estabelecimentos de produtos biológicos e de legumes cortados, numa taxa de ocupação de 90%. Existe uma grande variedade de comércio e escolha por parte das pessoas que visitam e fazem as suas compras diariamente no mercado da cidade.

Há ainda a venda ocasional com a presença de agricultores do concelho em 11 espaços de venda, no interior do Mercado, sendo que no exterior esta venda ocasional ocorre no espaço do invernadeiro com a presença de, cerca de, 12 vendedores ambulantes.

Neste espaço podemos encontrar estacionamento coberto, espaço infantil, carrinhos de compras, serviço de entrega ao domicílio, espaço saúde e uma obra de arte da artista Joana Vasconcelos, uma das artistas portuguesas com mais notoriedade internacional nas artes plásticas.

3.2. ANÁLISE DE RESULTADOS

MERCADO	2013*	2014
RECEITA	190.152 €	143.139 €
DESPESA	172.873 €	119.522 €
RESULTADO	17.279 €	23.617 €

* valores anuais

Em 2014 a Promotorres, tem a gestão integral (receitas e despesas) do Mercado Municipal. Existem alguns contratos de manutenção que ainda estão em fase de renegociação e transição para nós.

No final deste ano teremos refletidos nas contas todos os custos e receitas referentes a esta exploração.

3.3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A parceria com uma nutricionista, iniciada em 2013, utilizando o espaço saúde para consultas e a publicação mensal de uma ficha de alimentação saudável acompanhada de um workshop de culinária usando os produtos mencionados na ficha e comercializados no Mercado Municipal, tem sido um sucesso.

No final de 2013 iniciou-se uma parceria com o projeto "Prove", O **PROVE – Promover e Vender** é uma metodologia que pretende contribuir para o escoamento de produtos locais, fomentando as relações de proximidade entre quem produz e quem consome, estabelecendo circuitos curtos de comercialização entre pequenos produtores agrícolas e consumidores, com recurso às TIC.

O consumidor terá a possibilidade de experimentar um conjunto de produtos variados, através da aquisição de cabazes de frutas e legumes selecionados e de elevada qualidade.

O PROVE testou e desenvolveu um sistema de comercialização de proximidade de produtos agrícolas em Palmela e Sesimbra. Os bons resultados alcançados permitiram replicar a experiência noutros territórios. Atualmente a metodologia PROVE está em pleno funcionamento nos concelhos de Lousada, Penafiel, Paços de Ferreira, Montemor-o-Novo e Mafra. A sua aplicação apresenta-se mais favorável nos territórios periurbanos.

Torres Vedras mostrou ser um dos locais com mais aderentes.

f l.
2



4. GESTÃO INTEGRADA ESTACIONAMENTO

4.1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Nos termos do SIGE (Sistema Integrado de Gestão de Estacionamento) está a ser implementado um sistema de gestão do estacionamento que permitirá disciplinar e promover o correto uso do espaço público no que concerne ao estacionamento de veículos, melhorar a mobilidade dos residentes e visitantes e estimular o uso de modos suaves de transporte, nomeadamente pedonal e bicicleta, sempre com o objetivo máximo de contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida, promovendo a redução de consumos energéticos e consequente poluição ambiental, no sentido de alcançar uma mobilidade cada vez mais sustentável na cidade de Torres Vedras.

Para a execução das diversas ações que compõem o SIGE foram adquiridos, um software de gestão e fiscalização do estacionamento, das BikeStations, das contraordenações, o respetivo e necessário hardware, 115 Bike Parks, 11 BikeStations com 290 bicicletas, 30 das quais com motor elétrico, 25 bloqueadores para veículos automóveis ligeiros e 10 para pesados e que ainda se torna necessária a elaboração de suportes de comunicação e sinalética vertical.

A Promotorres, EM, nos termos do artigo 4º dos seus Estatutos, como objeto a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento publico urbano no Município de Torres Vedras, incluindo a fiscalização de todas as disposições legais sobre estacionamento na via publica sob a sua gestão, gestão e fiscalização do estacionamento publico urbano pago à superfície, a promoção, construção, exploração do estacionamento em estrutura subterrânea ou em silo, a elaboração e promoção e gestão de estudos e projetos de estacionamento, mobilidade e acessibilidade urbana, podendo ainda exercer, acessoriamente, as atividades de comercialização de bens e de prestação de serviços desde que relacionadas, direta ou indiretamente com o seu objeto.

Encontram-se em funcionamento da responsabilidade da Promotorres o Parque de Estacionamento do Mercado Municipal, o parque de estacionamento de edifício Multiserviços da Câmara Municipal de Torres Vedras.

O Parque de Estacionamento subterrâneo do edifício Multiserviços da Câmara Municipal de Torres Vedras, localizado no centro da cidade, é composto por 202 lugares de estacionamento, distribuídos por 2 pisos com uma área total de 7.732m².

O Piso -1 dispõe de 101 lugares, 5 dos quais destinados a utentes com mobilidade condicionada.

O Piso -2 dispõe de 101 lugares, 5 dos quais destinados a utentes com mobilidade condicionada.

O Parque está aberto de Segunda a Sexta-feira das 08h00 às 20h00, e aos Sábados das 08h00 às 14h00.

Também com este propósito e servindo especificamente o Comércio Tradicional, o parque de estacionamento subterrâneo do Mercado Municipal está localizado junto da zona histórica da cidade, e é composto 319 lugares de estacionamento, distribuídos por 2 pisos.

O Piso -1 tem de área 4207m² e dispõe de 141 lugares, 2 dos quais destinados a utentes com mobilidade condicionada.

O Piso -2 tem de área 4570m2 e dispõe de 178 lugares, 2 dos quais destinados a utentes com mobilidade condicionada. O Parque está aberto Segunda-feira das 08h00 às 20h00, de Terça a Sexta-feira das 07h00 às 20h00, aos Sábados das 07h00 às 18h00, e Domingos das 07h00 às 14h00.

Ao abrigo de todo o projeto SIGE, foi iniciada a venda de Estacionamento em regime mensal, disponibilizou-se 50 lugares no Parque do Edifício Multiserviços e 100 lugares no Parque do Mercado Municipal.

Aguardamos o início a 6 de outubro, da Fiscalização de Estacionamento e todo o restante projeto para percebermos ou não a viabilidade de disponibilizar mais lugares neste regime.

4.2. RESUMO DE RESULTADOS

A 31 de dezembro de 2013 apenas tínhamos contabilizado 57848€ de receitas dos três últimos meses referentes a estacionamento à superfície. Agora temos contabilizado 6 meses de receitas, representando quase o dobro do valor do ano passado.

O projeto “Agostinhas” iniciou-se em Junho de 2013, tendo até final do ano existido 1075 registos de utilizadores e mais de 10.000 utilizações. O valor de cada inscrição ascende a 10€. Temos em ambos os anos representado 6 meses de exploração.

É notório que estas análises têm de ser efetuadas como um todo, pois sabemos que individualmente, alguns subprojectos apresentam resultado negativo que é compensado com o resultado positivo de outros.

Estas infraestruturas produzem uma receita apreciável, cabendo à Promotorres EM a prestação de um serviço de qualidade aos utentes que delas usufruem. Nos quadros seguintes apresenta-se o fluxo para cada uma das infraestruturas:

ESTACIONAMENTO	2013 Valores Anuais				2014 Valores Semestre			
	CMTV	MERCADO	PARCOMETROS	BICICLETAS	CMTV	MERCADO	PARCOMETROS*	BICICLETAS
RECEITA	31.356 €	45.272 €	67.601 €	8.691 €	12.881 €	14.899 €	112.191 €	1.435 €
DESPESA	31.833 €	46.917 €	106.711 €	38.920 €	15.193 €	26.760 €	70.239 €	25.011 €
RESULTADO	-478 €	-1.646 €	-39.110 €	-30.229 €	-2.312 €	-11.861 €	41.952 €	-23.576 €

* Na despesa estão incluídos gastos com o Centro de Custo Fiscalização

Torres Vedras, 10 de setembro de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Three handwritten signatures in blue ink are visible below the text 'O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO'. The signatures are stylized and appear to be of different individuals.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 BALANÇO

Promotorres, EM

Balanços em 31 de dezembro de 2013 e 30 junho 2014

UNIDADE MONETÁRIA
(euro):

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2014	2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	285.453,79	259.625,54
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras pelo MEP			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas / sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
		285.453,79	259.625,54
Activo corrente			
Inventários	8	8.190,12	7.352,19
Activos biológicos			
Clientes	9	244.305,04	137.403,64
Adiantamentos a fornecedores	10	26.801,80	
Estado e outros entes públicos	11	9.259,53	85.500,22
Accionistas / sócios			
Outras contas a receber	12	124.625,36	17.563,46
Diferimentos	13	146,33	20.178,54
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e seus equivalentes	14	15.429,16	13.139,12
		428.757,34	281.137,17
Total do activo		714.211,13	540.762,71

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	15	250.000,00	250.000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	16	3.000,10	3.000,10
Outras reservas			
Resultados transitados	17	-118.590,35	-122.294,33
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		41.644,51	3.703,98
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		176.054,26	134.409,75
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	18	14.968,00	21.757,41
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		14.968,00	21.757,41
Passivo corrente			
Fornecedores	19	302.201,10	287.231,89
Adiantamentos de clientes	21	973,54	406,50
Estado e outros entes públicos	11	34.961,42	18.997,99
Financiamentos obtidos	18	23.234,96	13.058,94
Outras contas a pagar	20	85.901,35	64.528,55
Diferimentos	13	75.916,50	371,68
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		523.188,87	384.595,55
Total do passivo		538.156,87	406.352,96
Total do capital próprio e do passivo		714.211,13	540.762,71

Técnico Oficial Contas



O Conselho de Administração



5.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Promotorres, EM

Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos Períodos findos em 30 junho de 2013 e 30 junho 2014

UNIDADE MONETÁRIA
(euro):

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Efeito	PERÍODOS	
			2014	2013
Vendas e serviços prestados	22	+	807.417,45	616.063,64
Subsídios à exploração	23	+	92.974,70	230.000,00
Ganhos/perdas imp. de subsidiárias, ass. e empreendimentos conjuntos		+ / -		
Varição nos inventários da produção		+ / -		
Trabalhos para a própria entidade		+		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	24	-	-2.066,39	-2.224,81
Fornecimentos e serviços externos	26	-	-554.991,43	-558.224,47
Gastos com o pessoal	27	-	-287.609,83	-250.067,17
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		+ / -		
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	25	+ / -	296,45	738,00
Provisões (aumentos / reduções)		+ / -		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas / reversões)		+ / -		
Aumentos / reduções de justo valor		+ / -		
Outros rendimentos e ganhos	28	+	7.514,92	8.924,08
Outros gastos e perdas	29	-	-4.998,03	-6.125,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	58.537,84	39.083,83
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	30	+ / -	-10.696,71	-21.975,72
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)		+ / -		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		=	47.841,13	17.108,11
Juros e rendimentos similares obtidos		+		
Juros e gastos similares suportados	31	-	-861,84	
Resultado antes de impostos		=	46.979,29	17.108,11
Imposto sobre o rendimento do período	33	- / +	-5.334,78	-2.581,98
Resultado líquido do período		=	41.644,51	14.526,13

Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



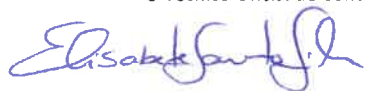
5.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO

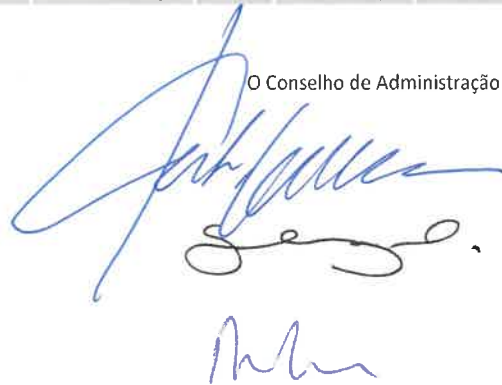
Contas Individuais

MOVIMENTOS E SALDOS	NOTAS	Capital Realizado	OICP	RESERVAS LEGAIS	OR	RESULTADOS TRANSITADOS	OVCP	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldos em 01.01.2013	15	250.000,00	-	3.000,10	-	-127.418,97	-	5.124,64	130.705,77
Alterações no Período:									
Primeira adopção do novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período								3.703,98	3.703,98
Resultado Integral								3.703,98	3.703,98
Operações com detentores de capital próprio:									
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	5.124,64	-	-5.124,64	-
			-	-	-	5.124,64	-	-5.124,64	-
Saldos em 31.12.2013	15	250.000,00	-	3.000,10	-	-122.294,33	-	3.703,98	134.409,75
Alterações no Período:									
Primeira adopção do novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período								41.644,51	41.644,51
Resultado Integral								41.644,51	41.644,51
Operações com detentores de capital próprio:									
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	3.703,98	-	-3.703,98	-
			-	-	-	3.703,98	-	-3.703,98	-
Saldos em 30.06.2014		250.000,00	-	3.000,10	-	-118.590,35	-	41.644,51	176.054,26

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



5.4 DEMONSTRAÇÃO FLUXOS CAIXA

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Períodos findos em 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2014

UNIDADE MONETÁRIA
(euro):

RUBRICAS	Efeito	PERÍODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	+	889.108,71	651.093,50
Pagamento a fornecedores	-	-513.497,79	-520.385,47
Pagamentos ao pessoal	-	-186.821,71	-161.777,11
Caixa gerada pelas operações	+ / -	188.789,21	-31.069,08
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	- / +	-2.509,32	-2.209,21
Outros recebimentos/pagamentos	+ / -	-193.954,83	-159.244,61
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-	-7.674,94	-192.522,90
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	-25.233,08	-11.449,07
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+		
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	+ / -	-25.233,08	-11.449,07
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Subsídios do estado	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de financiamento	+	42.500,00	230.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-6.440,10	
Juros e gastos similares	-	-861,84	
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	+ / -	35.198,06	230.000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+ / -	2.290,04	26.028,03
Efeito das diferenças de câmbio	+ / -	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	...	13.139,12	10.087,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período	...	15.429,16	36.115,54

Técnico Oficial de Contas

Conselho de
Administração

1 Nota introdutória

A Empresa foi constituída em 26 de Junho de 1997, tem a sua sede na Av. Tenente Coronel João Luis de Moura, Loja A cave em Torres Vedras e tem como objeto a promoção e gestão de equipamentos coletivos, prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto, organizando e patrocinando eventos, a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento publico urbano, no Município de Torres Vedras, incluindo a fiscalização de todas as disposições legais sobre estacionamento na via publica sob a sua gestão, a construção, instalação, gestão e fiscalização do estacionamento em estrutura subterrânea ou em silo, a elaboração e promoção de estudos e projetos de estacionamento, mobilidade e acessibilidade urbana, podendo ainda exercer, acessoriamente, as atividades de comercialização de bens desde que relacionadas, direta ou indiretamente com o seu objeto.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) *Referencial contabilístico*

No 1º semestre de 2014 as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS, anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

Empresa adotou as NCRF pela primeira vez em 2010, aplicando para o efeito a “NCRF 3 - Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro”. Desta forma, a Empresa preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2010, considerando as isenções e/ou proibições de aplicação retrospectiva previstas na NCRF 3.

b) *Pressuposto da continuidade*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Empresa continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

c) *Regime do acréscimo*

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

d) *Classificação dos ativos e passivos não correntes*

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

e) *Passivos contingentes*

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

f) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) *Eventos subsequentes*

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) *Derrogação das disposições do SNC*

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

a) *Moeda funcional e de apresentação*

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas "Juros e rendimentos similares obtidos" e "Juros e gastos

similares suportados”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, para todos os outros saldos e transações.

4 J.
8 R

b) *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções	- 5 a 20 anos
- Equipamento básico	- 4 a 10 anos
- Equipamento de transporte	- 4 anos
- Equipamento administrativo	- 3 a 10 anos
- Outros ativos fixos tangíveis	- 4 a 10 anos

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias.

c) *Imposto sobre o rendimento*

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 23% incidente sobre a correspondente matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000 inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis e suscetíveis de dedução aos lucros fiscais gerados durante um período de seis anos, até 2009 inclusive, quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011 e cinco anos a partir de 2012, sendo que, neste último caso, apenas é possível a dedução dos prejuízos fiscais até 70% do montante do correspondente lucro tributável. Em exercícios futuros, o total das deduções à matéria coletável é de 253 312.97 euros, resultado do reporte dos prejuízos fiscais ocorridos.

A Empresa optou por não registar nas suas demonstrações financeiras os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporais entre o reconhecimento de rendimentos e gastos para fins contabilísticos e para fins de tributação, conforme definido na NCRF 25 – Impostos diferidos, uma vez que não está definitivamente assegurada a sua reversibilidade, nos termos definidos na referida norma.

d) *Inventários*

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. Aos inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais, através do uso de identificação específica. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

e) *Clientes e outros valores a receber*

As contas de “Clientes” e “Outras contas a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubricas “Imparidades de dívidas a receber”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

f) *Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa*

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “Passivo corrente”.

g) *Provisões*

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

É reconhecida uma Provisão quando exista uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Empresa reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa nessa data.

À data a que se reportam as demonstrações financeiras, a Empresa não reconheceu a existência de quaisquer obrigações que pudessem conduzir à criação de Provisões.

h) *Fornecedores e outras contas a pagar*

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

i) *Rédito e regime do acréscimo*

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

j) *Locações*

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.b) acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

k) *Subsídios*

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento de eventos e gestão de equipamentos, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incursos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

K J.
R
S

4 Alterações de políticas e de estimativas contabilísticas e erros

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o 1º semestre de 2014, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas, nem se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

No 1º semestre de 2014, a Empresa não ajustou as suas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

5 Fluxos de caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes, no final do semestre e no final do exercício transato, eram, conforme relevado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seguintes:

	30-jun-14	31-Dez-13
Numerário	1.000,00	1.000,00
Depósitos bancários	14.429,16	12.139,12
Instrumentos financeiros	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	15.429,16	13.139,12

Neste momento estamos já a praticar um fundo fixo de caixa, fundo este com o valor de 1000 euros. Esta caixa encontra-se nos escritórios da empresa.

6 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela Câmara Municipal de Torres Vedras.

As informações relativas a saldos e transações com as partes relacionadas estão inseridas nas notas que se seguem, quando existam, bem como na nota 31.

7 Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, no semestre findo em junho de 2014 e no exercício de 2013 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2013

Rubricas	Saldo Inicial a 1 janeiro 2013	Reavaliação ajustamentos	Aquisições/Dotações	Abates	Tranferências	Saldo Final
Custo						
Edifícios e outras construções	154.477,11		1.015,00			155.492,11
Equipamento básico	117.923,24		52.210,94			170.134,18
Equipamento de transporte	75.800,00					75.800,00
Equipamento administrativo	68.716,83					68.716,83
Outros ativos Fixos Tangíveis	148.907,70		5.572,88			154.480,58
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	565.824,88	0,00	58.798,82	0,00	0,00	624.623,70
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	74.661,09		5.008,46			79.669,55
Equipamento básico	53.555,67		7.429,85			60.985,52
Equipamento de transporte	60.500,00		1.663,76			62.163,76
Equipamento administrativo	61.037,33		782,21			61.819,54
Outros ativos Fixos Tangíveis	96.387,35		3.972,44			100.359,79
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	346.141,44	0,00	18.856,72	0,00	0,00	364.998,16
	219.683,44					259.625,54

30 de junho de 2014

Rubricas	Saldo Inicial a 1 janeiro 2013	Reavaliação ajustamentos	Aquisições/Dotações	Abates	Tranferências	Saldo Final
Custo						
Edifícios e outras construções	155.492,11		18.673,43			174.165,54
Equipamento básico	170.134,18		8.842,00			178.976,18
Equipamento de transporte	75.800,00					75.800,00
Equipamento administrativo	68.716,83		6.629,53			75.346,36
Outros ativos Fixos Tangíveis	154.480,58		2.380,00			156.860,58
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	624.623,70	0,00	36.524,96	0,00	0,00	661.148,66
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	79.669,55		2.975,13			82.644,68
Equipamento básico	60.985,52		3.954,73			64.940,25
Equipamento de transporte	62.163,76		831,89			62.995,65
Equipamento administrativo	61.819,54		874,37			62.693,91
Outros ativos Fixos Tangíveis	100.359,79		2.060,59			102.420,38
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	364.998,16	0,00	10.696,71	0,00	0,00	375.694,87
	259.625,54					285.453,79

8 Inventários

Em 30 junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	30-jun-14	31-Dez-13
Mercadorias	8.190,12	7.352,19
Perdas por imparidade de inventários	0,00	0,00
	8.190,12	7.352,19

Handwritten signature and initials in blue ink.

Em junho de 2014 foi quantificado inventário no valor de 8190.12 euros uma vez que a empresa adquiri material para a edição de 2014 do Carnaval. Nesta rubrica estão consideradas: pulseiras dos desejos e crachás, tapa orelhas, óculos gigantes, imanes, camisolas, impermeáveis e porta-chaves.

9 Clientes

Em 30 junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	30-jun-14		31-Dez-13	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Cientes conta corrente	0,00	244.305,04	0,00	137.403,64
Cientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes de cobrança duvidosa	0,00	96.683,80	0,00	96.980,25
	0,00	340.988,84	0,00	234.383,89
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	-96.683,80	0,00	-96.980,25
	0,00	244.305,04	0,00	137.403,64

	30-jun-14		31-Dez-13	
	Cientes Gerais	Grupo e Relacionadas	Cientes Gerais	Grupo e Relacionadas
Cientes conta corrente	231.762,14	12.542,90	111.298,43	26.105,21
Cientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes de cobrança duvidosa	96.683,80	0,00	96.980,25	0,00
	328.445,94	12.542,90	208.278,68	26.105,21

A situação económica vivida no nosso país, provoca um atraso de pagamento pela parte dos nossos clientes. Isso reflete o aumento nesta rubrica.

Nos semestres findos em 30 junho de 2014 e 30 junho de 2013, os movimentos ocorridos na rubrica Perdas por imparidade acumulados de clientes, foram os seguintes:

Perdas de Imparidade	2014	2013
Saldo a 1 janeiro	96.980,25	99.718,25
Aumentos	-	-
Reversão	-296,45	-738,00
Regularizações	-	-
Saldo a 31 de dezembro	96.683,80	98.980,25

10 Adiantamento a Fornecedores

Em 30 de junho de 2014 é registado nesta rubrica alguns valores adiantados a fornecedores. A situação de pagamento no ato da adjudicação é cada vez mais frequente, dado a conjuntura do nosso país e concretamente em relação à Promotorres, o elevado prazo medio de pagamentos.

11 Estado e outros entes públicos

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	30-jun-14	31-Dez-13
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	7.863,50	11.310,46
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	1.396,03	74.189,76
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	0,00
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00
	9.259,53	85.500,22
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	1.499,30	1.210,31
Retenção de impostos sobre rendimentos	9.063,01	6.018,55
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	24.399,11	11.769,13
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00
	34.961,42	18.997,99

12 Outras contas a receber

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	30-jun-14	31-dez-2013
	Corrente	Corrente
Fornecedores CC	309,85	673,58
Dev. e Credores por Acréscimos Rend.	50.322,03	16.889,88
Outros	73.993,48	0,00
	124.625,36	17.563,46
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
	124.625,36	17.563,46

	30-jun-14		31-Dez-13	
	Contas Gerais	Grupo e Relacionadas	Contas Gerais	Grupo e Relacionadas
Fornecedores Conta Corrente	309,85	0,00	0,00	673,58
Dev. e Credores por Acréscimos Rend.	50.322,03	0,00	0,00	16.889,88
Outros	19.669,28	54.324,20	0,00	0,00
	70.301,16	54.324,20	0,00	17.563,46

O valor evidenciado na conta "Devedores e Credores por Acréscimos" é dividido entre receitas de estacionamento referentes aos meses de junho só faturadas em julho e a prestação de serviços de produção dos Novos Talentos que apenas foi faturado em Agosto.

13 Diferimentos

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	30-jun-14	31-Dez-13
Ativo		
Seguros pagos antecipadamente	0,00	0,00
Rendas e alugueres pagas antecipadamente	0,00	0,00
Outros gastos a reconhecer	146,33	20.178,54
Gastos diversos a reconhecer	0,00	0,00
	146,33	20.178,54
Passivo		
Outros rendimentos a reconhecer	75.916,50	371,68
	75.916,50	371,68

Na rubrica “Outros Rendimentos a reconhecer”, cerca de 64000 euros são rendimentos da Feira de são Pedro referentes aos dias de Feira do 1º semestre. O restante são receitas do Mercado Municipal referentes a junho.

14 Caixa e depósitos bancários

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	30-jun-14	31-Dez-13
Caixa	1.000,00	1.000,00
Depósitos à Ordem	14.429,16	12.139,12
depósitos a Prazo	0,00	0,00
	<u>15.429,16</u>	<u>13.139,12</u>

15 Capital realizado

Em 30 de junho de 2014 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, no valor de 250.000,00 euros.

Participação no capital subscrito e realizado das pessoas coletivas que, em 30 de junho de 2014 nele detêm pelo menos 20%:

– CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS 100,00%

16 Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Não houve, no 1º semestre de 2014, qualquer movimento nesta rubrica.

17 Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício, no montante de 3 703.98 euros, fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

A rubrica de Resultados transitados inclui igualmente resultados de outros exercícios anteriores que lhe foram destinados, de acordo com as decisões da Assembleia Geral.

18 Financiamentos Obtidos

Em 30 de junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a Empresa utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos com recurso a contratos de locação financeira:

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a vertical line, a signature, and a circled '8'.

	30-jun-14	31-Dez-13
Medio e Longo Prazo		
Locações financeiras	14.968,00	21.757,41
Empréstimos Bancários	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
	14.968,00	21.757,41
Curto Prazo		
Locações financeiras	13.408,25	13.058,94
Descobertos Bancários	9.826,71	0,00
Outros	0,00	0,00
	23.234,96	13.058,94

Bens adquiridos c/ recurso a locação financeira	Custo Aquis.	Depreciações	Valor Líquido
Edifícios e outras construções			
Equipamento Básico	41272,63	3869,31	37403,32
Equipamento transporte			
Equipamento Administrativo			
Outros ativos fixos tangíveis			
Propriedades de Investimento			
	41272,63	3869,31	37403,32

Em 30 de junho de 2014, os planos de reembolso da dívida da Empresa, referentes a locações financeiras, detalham-se como segue:

Plano de Reembolso	Capital	Juros	Total
Menos de 1 ano	13410,24	1185,84	14596,08
Mais de 1 ano	14144,16	454,63	14598,79
Mais de 2 anos	821,85	3,61	825,46
Mais de 3 anos			
Mais de 4 anos			
Mais de 5 anos			
	28376,25	454,63	14598,79

19 Fornecedores

Em 30 de junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	30-jun-14		31-Dez-13	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente	0,00	292.537,25	0,00	268.004,18
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Faturas em receção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	0,00	9.663,85	0,00	19.227,71
	0,00	302.201,10	0,00	287.231,89

	30-jun-14		31-Dez-13	
	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas
Fornecedores conta corrente	274.983,40	17.553,85	250.450,33	17.553,85
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Faturas em receção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	9.663,85	0,00	19.227,71	0,00
	284.647,25	17.553,85	269.678,04	17.553,85

20 Outras contas a pagar

J. f.
8

Em 30 de junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	30-jun-14		31-dez-13	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	61.037,60	0,00	58.061,57
Outras contas a pagar	0,00	24.863,75	0,00	6.466,98
	0,00	85.901,35	0,00	64.528,55

	30-jun-14		31-dez-13	
	Contas Gerais	Grupo e Relacionadas	Contas Gerais	Grupo e Relacionadas
Credores por acréscimo de gastos	61.037,60	0,00	58.061,57	0,00
Outras contas a pagar	24.863,75	0,00	6.466,95	0,00
	85.901,35	0,00	64.528,52	0,00

O montante relevante nesta rubrica refere-se á estimativa de férias e subsídio de férias para 2015. O acréscimo verificado prende-se com o aumento de funcionários registado na empresa.

21 Adiantamentos a clientes

Nesta rubrica estão registados os adiantamentos efetuados por clientes por conta de vendas.

22 Vendas e serviços prestados

A rubrica Vendas e prestações de serviços, no 1º semestre de 2014 e no 1º semestre de 2013, tem os seguintes registos:

	30-jun-14			30-jun-13		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	2.384,24	0,00	2.384,24	2.224,81	0,00	2.224,81
Vendas de produtos acabados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de desperdícios e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de activos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços	805.033,21	0,00	805.033,21	613.838,83	0,00	613.838,83
	807.417,45	0,00	807.417,45	616.063,64	0,00	616.063,64

23 Subsídios à exploração

No 1º semestre de 2014 e no 1º semestre de 2013 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	30-jun-14	30-jun-13
CP Mercado Municipal	85.000,00	0,00
CP carnaval	0,00	160.000,00
CP Corso escolar	0,00	40.000,00
CP Novos Talentos	0,00	30.000,00
Estágios IEFP	7.974,70	
	92.974,70	230.000,00

Apenas existe o Contratos Programa para exploração do Mercado Municipal todos os outros Contratos Programas foram extintos ou convertidos em Prestação de Serviços.

24 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no 1º semestre de 2014 e 1º semestre de 2013 é detalhado como segue:

	30-jun-14		30-jun-13	
	Mercadorias	Total	Mercadorias	Total
Saldo em 1 de Janeiro	7.352,19	7.352,19	2.736,66	2.736,66
Compras	2.904,32	2.904,32	7.565,53	7.565,53
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 30 junho	8.190,12	8.190,12	8.077,38	8.077,38
Custo do exercício	2.066,39	2.066,39	2.224,81	2.224,81

25 Fornecimentos e serviços externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos primeiros semestres de 2014 e 2013, foi a seguinte:

	30-jun-14	30-jun-13
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	314.997,51	297.797,48
Materiais	159.741,17	135.968,12
Energia e fluídos	3.556,65	4.689,08
Deslocações, estadas e transportes	7.061,46	5.321,01
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	27.258,49	13.975,97
Comunicação	5.647,91	6.957,74
Seguros	5.709,62	1.952,40

Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	15,00	520,60
Despesas de Representação	0,00	0,00
Limpeza	26.234,48	30.566,54
Descontos e abatimentos	0,00	0,00
Outros serviços	4.769,14	60.475,53
	554.991,43	558.224,47

26 Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal dos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 30 junho de 2013 foi a seguinte:

	30-jun-14	30-jun-13
Remunerações dos órgãos sociais	1.875,00	1.941,53
Remunerações do pessoal	215.832,25	202.081,53
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	49.510,39	40.919,57
Seguros	2.254,49	2.329,74
Gastos de acção social		0,00
Outros gastos com o pessoal	18.137,70	2.794,80
	287.609,83	250.067,17

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2013 foi de 28 tendo aumentado o número de funcionários para 32, dois dos quais estão ao abrigo de um programa de estágios profissionais do IEFP.

27 Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 30 junho de 2013, foram como segue:

	30-jun-14	30-jun-13
Rendimentos suplementares	7.514,92	7.797,85
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		-
Outros rendimentos e ganhos	-	1.126,23
	7.514,92	8.924,08

28 Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 30 junho de 2013, foram como segue:

	30-jun-14	30-jun-13
Impostos	2.978,77	920,49
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ac financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas em invest. não financeiros	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	2.019,26	5.204,95
	4.998,03	6.125,44

29 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

No 1º semestre de 2014 e 1º semestre de 2013, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	30-jun-14			30-jun-13		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos fixos tangíveis	10.696,71	0,00	10.696,71	21.975,72	0,00	21.975,72
Activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10.696,71	0,00	10.696,71	21.975,72	0,00	21.975,72

A empresa no decorrer do ano 2013, fez um inventário dos seus ativos fixos tangíveis e avaliou a sua durabilidade, optando por reduzir as taxas de depreciação para os mínimos possíveis legalmente. Esta tomada de decisão foi alargada ao ano de 2014.

30 Resultados de operações de financiamento

Os Juros e rendimentos similares obtidos e os Juros e gastos similares suportados, decorrentes de operações de financiamento, decompunham-se do seguinte modo nos períodos findos em 30 junho de 2014 e 30 de junho de 2013:

	30-jun-14	30-jun-13
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de financiamentos concedidos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio	0,00	0,00
Juros de outros financiamentos concedidos	0,00	0,00
	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamentos obtidos	861,84	0,00
Diferenças de câmbio	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
	861,84	0,00
Resultados das operações de financiamento	-861,84	0,00

J. J.

31 Partes relacionadas

As transações e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 30 de junho de 2014 e 2013, são apresentados no quadro que segue:

Transações	30-jun-14	30-jun-13
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	86.508,29	6.598,76
Compras de mercadorias	0,00	0,00
Compras de matérias primas	0,00	0,00
Serviços adquiridos	0,00	0,00

Saldos	30-jun-14	30-jun-13
Contas a receber	66.867,10	8.116,47
Contas a pagar	17.553,85	10.497,13
Empréstimos concedidos	0,00	0,00
Empréstimos obtidos	0,00	0,00

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

32 Imposto sobre o Rendimento

Imposto Estimado		30-jun-14	30-jun-13
RLE	a	46.979,29	17.108,11
Correções fiscais	b	1.160,49	4.688,56
Prejuízos fiscais	c	253.312,97	270.044,61
Matéria coletável (a+b)*0,30	a+b*0,30	14.441,93	5.449,17
Imposto derrama	e	3.610,48	1.362,29
TA	f	722,10	81,74
	g	1.002,20	1.137,95
		5.334,78	2.581,98

33 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2014.

Após o encerramento do 1º semestre, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

34 Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

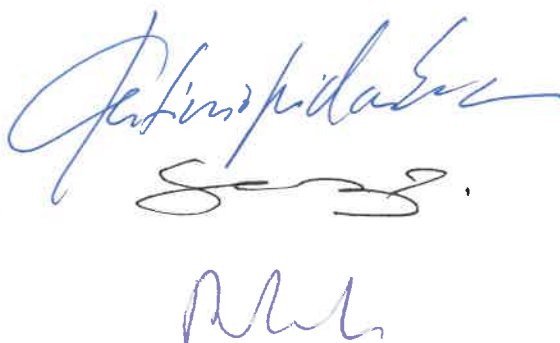
Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2012, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o número de acções próprias detidas em 30 de junho de 2014.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Técnico Oficial de Contas:



O Conselho de Administração



6.CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page.

6.1 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

6.2 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

[Handwritten signature]
J.
2



PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 25.º, alínea e) da Lei n.º 147/2012, de 31 de Agosto, apresentamos o nosso parecer sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014, da "PROMOTORRES - PROMOÇÃO DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, EEM", incluída no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de activo de 714 211 euros e um total de capital próprio de 176 054 euros, incluindo um resultado líquido de 41 645 euros), nas Demonstrações dos Resultados por Natureza, das Alterações dos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data, e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade, posição financeira ou resultados da entidade.



4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
 - a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do pressuposto da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira; e
 - b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2014 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Massamá, 15 de Setembro de 2014

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC
representada por
Vicente Pereira Gomes Marques (ROC n.º 669)

4